

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 12/05/2015

- *Um debate sobre educação - quase 60 milhões de crianças ainda estão fora da escola em todo o mundo*
- *“Uma sociedade desenhada com a colaboração da infância não permitiria o trabalho infantil”, afirma educador espanhol*
- *CNJ apresenta nova versão do Cadastro Nacional de Adoção*

Assunto: Um debate sobre educação - quase 60 milhões de crianças ainda estão fora da escola em todo o mundo

Fonte: Promenino

Data: 12/05/2015

Promenino



Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram projetados para 2015. Mas, a sete meses para o término do ano, o cumprimento deles causa preocupação, sobretudo quando se olha para o de número dois que prevê a universalização do ensino básico.

O tema foi debatido pelo sociólogo Jorge Werthein no artigo Agenda em Aberto, publicado pelo *O*

Globo no último mês de abril. No texto, o autor chama a atenção para as quase 60 milhões de crianças que estão fora da escola no mundo e questiona a promoção de um desenvolvimento sustentável diante de populações que mal sabem ler e escrever.

A "agenda pendente" vem mobilizando esforços, caso do Encontro Global sobre Educação promovido em 2013 pela UNESCO e Unicef. A Fundação Education Above All, que atua em 38 países, também integra as iniciativas e, no Brasil, desenvolve o projeto Aluno Presente, realizado pela Associação Cidade Escola Aprendiz em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

A iniciativa tem como missão contribuir para que todas as crianças e adolescentes da cidade do Rio de Janeiro, entre seis e 14 anos, tenham o seu direito à educação básica garantido. Para isso, atua na mobilização e articulação de familiares, educadores, equipes escolares, órgãos públicos e instituições locais.

Buscando identificar e localizar as 21 mil crianças que nunca estudaram ou com histórico de evasão escolar, uma equipe de profissionais percorre diferentes bairros de todas as regiões da

cidade visitando casas, associações de moradores, postos de saúde, comércios e organizações comunitárias.

Até janeiro de 2015, a equipe do Aluno Presente já identificou 4.463 crianças, das quais 3.364 foram matriculadas.

Entre as atividades previstas estão:

- entender a realidade das famílias e os motivos pelos quais crianças e adolescentes não frequentam ou abandonaram a escola, auxiliar os pais e/ou responsáveis a encontrar vagas e efetuar a matrícula na rede municipal de educação, contribuir na criação de condições para que mantenham a frequência escolar;

- articular os diferentes órgãos governamentais do município – buscando a integração das políticas públicas nos territórios – e a aproximação com a comunidade e agentes locais dos diversos setores;

- sistematizar as metodologias aplicadas em todas as etapas do trabalho para que possam ser replicadas em outras realidades de diferentes regiões brasileiras ou de outros países.

Entre as atividades previstas estão:

- entender a realidade das famílias e os motivos pelos quais crianças e adolescentes não frequentam ou abandonaram a escola, auxiliar os pais e/ou responsáveis a encontrar vagas e efetuar a matrícula na rede municipal de educação, contribuir na criação de condições para que mantenham a frequência escolar;

- articular os diferentes órgãos governamentais do município – buscando a integração das políticas públicas nos territórios – e a aproximação com a comunidade e agentes locais dos diversos setores;

- sistematizar as metodologias aplicadas em todas as etapas do trabalho para que possam ser replicadas em outras realidades de diferentes regiões brasileiras ou de outros países.

Assunto: “Uma sociedade desenhada com a colaboração da infância não permitiria o trabalho infantil”, afirma educador espanhol

Fonte: Promenino

Data: 12/05/2015

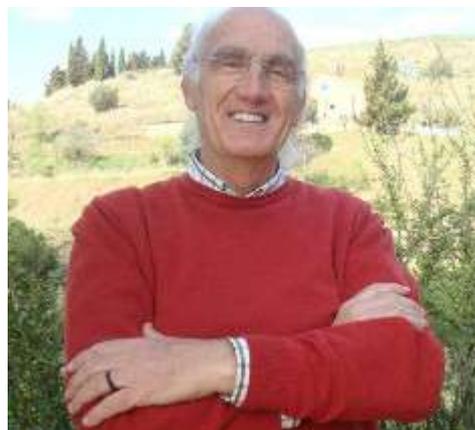
Promenino



A vida é uma escola e os pequenos aprendizados do dia a dia formam a nossa personalidade. Todos já escutamos essa expressão. E, para o educador espanhol César Muñoz Jiménez, o cotidiano tem, de fato, muito a nos ensinar. Seus trabalhos dedicados ao tema se tornaram referência para professores mundo afora, na Europa e, principalmente, na América Latina.

Defensor da educação integral no sentido mais amplo – aquele que lida com todos os ambientes, dos quintais às praças –, Muñoz brinca quando é chamado de utópico. “Adoro ouvir isso, é apaixonante tentar uma educação diferente em um mundo baseado em mentiras”, afirmou, durante uma de suas passagens pelo Brasil.

Consultor internacional em infância, juventude e participação cidadã, Muñoz criou a chamada Pedagogia da Vida Cotidiana, segundo a qual a voz de meninos e meninas deve ser ouvida, consultada e respondida. “A infância é o maior capital de uma sociedade”, assegura.



Neste contexto, como lidar com as crianças cujos direitos são negados? Como tratar meninos e meninas que foram obrigados a trabalhar e, por isso, deixaram de frequentar a escola, perdendo a chance de brincar e crescer livremente? “O trabalho infantil abusivo, degradante, não respeita os direitos da infância”, diz o educador. “A melhor forma de protegê-los é promovendo a participação plena das crianças na vida social de suas famílias, ruas, bairros, cidades e escolas.” Confira as reflexões de César Muñoz Jiménez sobre temas ligados ao universo infantil.

O trabalho infantil como sintoma

“Ao observar a vida cotidiana, ‘mergulhar’ nela, essencialmente em seus momentos tidos como latentes, pequenos e triviais por meio da Pedagogia da Vida Cotidiana, sinto e acredito que o trabalho infantil é um dos sintomas do abuso que a maioria dos adultos (por sorte não todos) exerce sobre meninos e meninas em nível mundial, não respeitando seus direitos essenciais.

É preciso averiguar quais são as causas que provocam o trabalho infantil. Devemos pensar que não podemos nos contentar com os sintomas. Dou um exemplo: a febre é um sintoma de uma doença, precisamos saber o que a provoca. Se for simplesmente uma gripe, a febre não causa alardes. Mas se for sintoma de um câncer, é urgente resolvê-la.”

Trabalho infantil x Direitos da Infância

“Os temas da infância em geral – e, em particular, o trabalho infantil relacionado à violação da infância – são tratados pela maior parte do mundo adulto por meio de cinco atitudes fundamentais: hipocrisia, falta de credibilidade, temor, resistência e mentira. Vou explicá-las adiante:

Infância é futuro. Nunca será futuro se esse presente lhe traz o trabalho em lugares com tarefas indignas. A palavra infância vem do latim ‘in-falere’, aquele que não fala. É mentira que a infância não fala! Ela fala muito – e muito bem. O que acontece é que não há plataformas para fazer ouvir sua voz, como as que existem para os adultos (partidos políticos, sindicatos...).

A infância ‘alumna’, aquela que não tem luz – quem tem luz são os professores que ‘educam’ as crianças, que ‘transmitem a elas o saber’.

Infância ‘ainda não’. Ainda não pode, ainda não sabe, ainda não tem capacidade nem idade suficientes... De novo, mente-se sobre a infância, fase de direitos, deveres e capacidade para exercê-los.

Infância, idade de transição: isso está certo. A mentira está em que seja apenas a infância a idade da transição. Nós, adultos, também estamos em transição e isso nunca é considerado.

Infância, ‘menor’. Sempre fazendo referência ao parâmetro adultocêntrico, no sentido de que ‘o adulto é’, ‘o adulto é quem pode’, ‘é o maior’... A infância está na sala de espera do que é ser adulto. Só se é se se chegar a ser adulto.

Por meio dessa somatória de mentiras, é evidente que a infância está em uma situação plena de desamparo, da qual a maioria dos adultos abusa, não apenas no âmbito do trabalho.”



É necessário acreditar

“Quando falo de ‘falta de credibilidade’ ou em falta de confiança, refiro-me aos adultos que não acreditam nas crianças. Meninos e meninas passam a não acreditar nos adultos, nem em outras crianças. Individualmente, algo muito grave acontece: cada criança que não crê em si mesma não saberá que tem direitos, que tem capacidade de denunciar sua injusta e abusiva condição de trabalho. É triste ver os próprios adultos não crerem em si mesmos

– por consequência, não podem crer nos meninos e nas meninas.”

Mais do que proteger...

“Em relação à hipocrisia, a atitude majoritária dos adultos na ‘proteção’ das crianças do mundo, frente a seus problemas, suas incapacidades e seu ‘não saber e não poder’, simula seu interesse pela infância (essencialmente nos países chamados de ‘Primeiro Mundo’), mantendo a criança protegida pelos adultos na família, na escola e nos espaços públicos.”

... É preciso promover e participar

“Além do ‘p’ de proteção, há outros muitos mais vitais e potenciadores da qualidade infantil: a promoção e a participação. Uma infância apenas protegida é uma infância alienada, parada, morta. Por essa razão, existem adultos que obrigam as crianças a trabalhar em situações indignas. A melhor forma de proteger a infância é promovendo sua participação plena na vida social de suas famílias, ruas, bairros, cidades, escolas.”

Reconhecer a capacidade das crianças

“Não se pode negar as capacidades que a infância tem para colaborar no desenho dos seus direitos, na hora de desenvolvê-los nos diversos âmbitos da vida cotidiana, onde vive, ‘convive’ ou ‘mal vive’.

No livro *‘La causa de los niños’*, Françoise Doltó diz: ‘Os adultos têm medo de liberar certas forças, certas energias que os pequenos evidenciam e colocam em questão sua autoridade, suas conquistas, seus privilégios sociais. Eles projetam nas crianças seus desejos contrariados, seu mal-estar e lhes impõem seus modelos’. Uma das imposições mais perversas e decadentes é a exploração da infância em trabalhos que violam os mais elementares direitos humanos.

Participar é ‘sentir-se parte de algo’, ‘tomar parte de algo’. É impossível tomar parte de um trabalho abusivo. Muito menos, sentir-se parte dele.”

Confiar nos meninos e nas meninas

“Uma sociedade que não combate o trabalho infantil, impedindo que a criança seja criança, perde o seu capital? Sim, evidentemente. Todas as culturas, sociedades, países, cidades, famílias e escolas que não creem na infância, que não valorizam sua grande capacidade na hora de exercer seus direitos na vida cotidiana em propor, em criar... É evidente que se perde o maior capital que uma sociedade pode ter.



Não se tem em conta o que não se valoriza, aquilo que não é consciente. Ou se tem a falsa crença de que a infância ‘ainda não é’, ‘não sabe’, ‘não pode’. Será e poderá apenas quando já for adulta.”

Infância, o maior capital de uma sociedade

“Reforço minha afirmação de que a infância é o melhor capital que todas as sociedades possuem. Nem todas elas têm riqueza agrícola, industrial, siderúrgica ou petroleira. Mas em todas há meninos e meninas.”

Liberdade para criar

“Para Manfred Max Neef, no livro *‘La economía descalza’*, ‘se as crianças puderem revelar livremente sua visão da sociedade, da escola, da autoridade, do trabalho e do futuro, os problemas mais fundamentais e urgentes de sua sociedade poderiam se apresentar da maneira mais pura possível’.”

Convocar, respeitar, escutar

“Por isso, eu me pergunto. Será que existe coincidência social de que existe esse capital e que ele é numeroso? A média mundial da infância/adolescência/juventude em cada povo é de 35% a 60% da população. Quais as garantias que temos de que a infância é tratada como tal, respeitada, convocada, escutada?”



Educar em todos os cantos

“Creio ser importante criar ou recriar uma educação integral de qualidade, para que, em todos os espaços/tempo pelos quais convivem a infância e os adultos, se evidencie alguns pontos fundamentais. É imprescindível que se incorpore a voz da infância, desde o zero ou quase desde o

zero, antes de que se concretizem os desenhos de todas as políticas públicas – entre elas, às que se referem ao trabalho infantil. Se a infância não participa deste desenho, perdem-se entre 30% e 50% das ideias de cidadania. Uma sociedade desenhada com a colaboração da infância não permitiria o trabalho infantil.”

O mito de que trabalhar na infância e na adolescência enobrece

“Creio que um dos primeiros direitos da infância e da adolescência é o de poder educar, realizar atividades educativas nos diferentes ambientes nos quais as crianças vivem e convivem: famílias, escolas, ruas, praças, diversas culturas... Tenho muito claramente que a família e a escola devem ser os essenciais espaços/tempo da infância e da adolescência, compartilhados das experiências educativas das ruas e dos espaços públicos – não na fábrica, em uma mina, onde esses meninos e meninas são submetidos a situações e explorações físicas, de trabalho, de autêntica exploração e a todos os tipos de abusos.”

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra”

“Concordo plenamente com a frase acima, de Paulo Freire, sobre a importância que existe em educar, viver, participar e ter uma visão aberta, ampla da realidade global – sobretudo do contexto local. Há duas visões que devem ir se contrastando periodicamente para que se possa obter uma terceira, mistura da ‘global’ com a ‘local’. Eu a chamaria de ‘glocal’.

Um ‘glocal’ é fruto de se contestar, sobretudo, os elementos da vida que são latentes, pequenos, triviais de nosso cotidiano. A leitura do mundo pode ser feita se olharmos para o mundo profundo, latente, base do mundo patente. Por isso, quando falamos de trabalho infantil, não me centro apenas nele, não parto apenas dele... Tento situar o tema com as palavras ‘trabalho’ e ‘infantil’ com o contexto global, social e ‘glocal’.

Depois viria a leitura da palavra e sua interpretação, como palavra dentro do contexto de uma frase, um capítulo, uma cultura. E, imprescindivelmente, dentro do contexto global: a vida em geral – a vida cotidiana, o dia a dia.”

Palavras são iguais, sendo diferentes?

“É preciso pensar na leitura e na interpretação das palavras. Nos diversos tipos de palavras:

- Palavras ‘blá, blá, blá’, que não acrescentam nada, que se deixam ser levadas pelo vento, não tem conteúdo, nada transmitem.
- Palavras que têm conteúdo, clarificam, instruem, dão forma e significado às palavras anteriores ou posteriores, que potencializam a qualidade de um texto...
- Palavras que são coerentes com o sentimento e com a atitude da pessoa que a pronuncia, que a verbaliza, que a transmite.

Trata-se de uma coerência vital, pois, quando um ser humano escuta outro que fala (essencialmente, se quem escuta é um menino ou uma menina), o que mais capta é o sentimento e atitude que acompanham as palavras ditas.

- Palavras de desejos, sentimentos, propostas de mudança social, de novas visões de vida, de viver, de educar e praticar a política e a democracia participativa.

- Palavras que se podem tocar. Dizia o poeta paraguaio Gregorio Gomes: ‘A palavra não é um ruído vazio. A palavra tem corpo, boca, olhos. Tem coração, alma e coragem. Por isso é que vemos que a palavra, a verdadeira, pode ser tocada. A palavra não é um som em vazio’. Acredito que, além de poder tocar as palavras, elas nos tocam.”

Trabalho e aprendizagem

“No Brasil, o jovem pode trabalhar a partir dos 14 anos, em condições de aprendizagem. Para que essa transição aconteça de forma saudável, creio que é imprescindível (não apenas conveniente, necessário, positivo, progressista, ‘na moda’) que os jovens participem de maneira crítica nesta norma que afeta sua vida estudantil e laboral. Participem com o objetivo de que possam, a partir de uma crítica construtiva e livre, consolidar os aspectos que sintam e entendam como positivos e realizar propostas àqueles que não são bons. Tudo isso junto com a possibilidade de sugerir diálogos, ideias teóricas e práticas de possíveis mudanças e pontos a serem incorporados.”



Maioridade penal no Brasil

“Atualmente, no Brasil, discute-se um projeto de lei que prevê a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Afirmo, com máxima contundência e segurança, que seria uma medida ilegal em relação à Convenção Internacional dos Direitos da Infância, de 20 de novembro de 1989, que considera ‘criança todo o ser humano menor de 18 anos’.

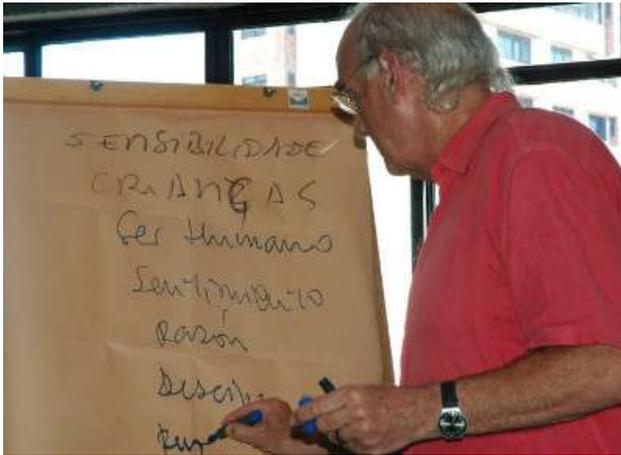
É uma atitude profundamente negativa, por gerar mais violência, ser indicadora de uma decisão adulta irresponsável e sem respeito com os direitos individuais e sociais dos jovens.

Reflexo de uma atitude medrosa frente à juventude. Atitude de medo e impotência, no que se refere ao feito social da violência em geral (e juvenil).

Além disso, trata-se de uma medida altamente indicadora de uma negligência grave: a violência infantojuvenil cria adultos violentos, que, desde seu abuso de poder, sua falta de credibilidade nas capacidades da infância, da adolescência e da juventude em exercer seus direitos, a invasão de espaços que lhes pertencem. Nega-se a resposta adequada e preventiva à violência infantil, adolescente e juvenil: sua participação ativa na vida social, nos diferentes âmbitos onde vivem ou convivem as famílias, escolas, ruas, praças, cidades... O Brasil como um todo.”

Uma proposta para encerrar

“Para finalizar, faço uma proposta, que me tem sido e continua sendo útil, para prevenir todo tipo de violência: esperar que os brasileiros sintam (não apenas escutem e leiam) esta série de sentimentos em suas relações sociais em geral e em suas relações com o poder estabelecido depois de uma soma de processos democráticos:



- Sentir que são respeitados, porque são valorizados, as pessoas acreditam neles;

- Sentir que o poder sente a sua ausência quando não estão presentes na hora de tomar decisões;

- Sentir que, conseqüentemente, são chamados, convocados a opinar, propor, colaborar... Participar.

- Sentir (este é o sentimento que, mais do que ante-violento, provoca e cria o

sentimento de colaboração e corresponsabilidade) que, lentamente, vai surgindo o sentimento de pertencimento e orgulho. Surge não de forma espontânea, não por casualidade. Mas como consequência da soma dos processos que provocaram os três sentimentos anteriores:

1) Me respeitam porque sinto, sei, tenho direitos e capacidade para exercê-los = **Sentimento de respeito.**

2) Se não estou presente, sentem minha falta, minha ausência = **Sentimento de ausência;**

3) Se me chamam, me convocam = **Sentimento de encontro;**

4) Sinto que minha família, minha escola, minha rua, praça, povo, cidade, país são como algo meu. Algo que tem uma parte, um pouquinho de mim. Algo que me pertence e que é consequência da minha colaboração, corresponsabilidade, participação = **Sentimento de pertencimento;**

5) Sentir que já não sou apenas habitante, vizinho, usuário, cliente... Da minha cidade, rua, casa, escola... Eu opino, proponho, participo da comunidade, passo a ser cidadão, a sentir, a viver e a exercer meu **Sentimento de cidadania.**

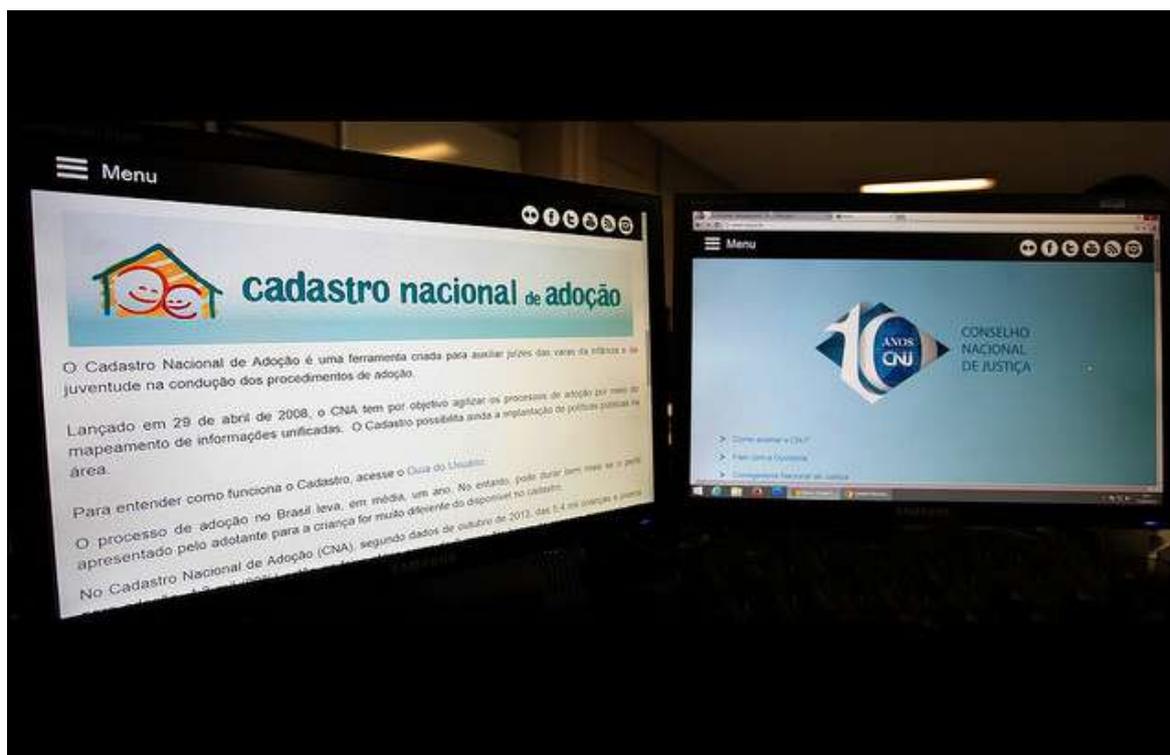
6) **Sentimento de perda** da minha família, cidade, escola, rua, praça... Se tenho de viajar a outro lugar, algum familiar, amigo, companheiro se vai... Sem o sentimento de pertencimento, seria impossível sentir a partida.”

Assunto: CNJ apresenta nova versão do Cadastro Nacional de Adoção

Fonte: CNJ

Data: 12/05/2015

CNJ



A Corregedoria Nacional de Justiça apresenta, nesta terça-feira (12/5), a nova versão do Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Mais moderno e intuitivo, o sistema terá as operações simplificadas e tecnologia que possibilita o cruzamento de informações mais ágil e eficaz. A corregedora, ministra Nancy Andrighi, fará a apresentação do novo CNA na abertura da sessão ordinária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), às 14h.

“Com a simplificação do preenchimento e as novas ferramentas disponíveis, o Cadastro Nacional de Adoção será, a partir de agora, ferramenta efetiva para o juiz acelerar e concretizar o processo de adoção”, afirma a ministra Nancy Andrighi.

A atualização do sistema tornará o preenchimento do CNA mais fácil. Agora, apenas 12 itens deverão ser respondidos, tanto sobre os pretendentes como sobre as crianças. A responsabilidade por alimentar os dados do cadastro continua a cargo das Varas de Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça dos estados.

A nova tecnologia permitirá que o juiz seja informado, assim que preencher o cadastro de uma criança, sobre a existência de pretendentes na fila de adoção em busca daquele tipo de

perfil. O mesmo acontecerá quando o magistrado cadastrar novo pretendente, recebendo imediatamente a notificação da existência de crianças com as características desejadas.

A inovação funcionará, inclusive, nos casos de crianças e pretendentes cujos processos estejam tramitando em varas de comarcas diferentes. Nessas situações, sempre respeitando a precedência na fila de adoção, os juízes responsáveis são notificados eletronicamente para que entrem em contato um com o outro e, assim, deem prosseguimento à adoção.

Alertas – Outra novidade será a implantação de um mecanismo de alertas que notificará os juízes automaticamente da ocorrência de um cruzamento de dados favorável à adoção. Ou seja, basta aos magistrados realizar os cadastros. Caso o sistema identifique confluência na busca de perfis, um *e-mail* será enviado automaticamente aos responsáveis pela inclusão dos dados no CNA.

Para utilizar o novo sistema do CNA, os magistrados poderão optar pela migração de alguns dos dados ou realizarem uma nova inclusão, já que o preenchimento do cadastro está bem mais simplificado.

Atualmente, o Cadastro Nacional de Adoção contabiliza em seus registros 33,5 mil pretendentes e cerca de 5,7 mil crianças em busca de uma nova família.

Doenças – Além de dados básicos como idade, sexo e etnia, o CNA permite que pretendentes possam informar restrições a enfermidades. Os adotantes devem indicar se aceitam crianças com doenças curáveis, incuráveis ou detectáveis.

De acordo com os dados atuais do CNA, estão disponíveis para adoção 439 crianças com doenças tratáveis; 165 com doenças não tratáveis; 218 com deficiência física; 472 com deficiência mental; e 98 portadoras do vírus HIV.